

O TRAUMA QUE PERMANECE: VIOLÊNCIA SEXUAL NA INFÂNCIA E SEUS ATRAVESSAMENTOS NA VIDA ADULTA

THE TRAUMA THAT REMAINS: SEXUAL VIOLENCE IN CHILDHOOD AND ITS CROSSINGS IN ADULT LIFE

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.061-070>

Maria Clara Silva Gomes

Pós-graduada em Avaliação Psicológica
Centro Universitário Frassinetti do Recife - UNIFAFIRE
E-mail: claragomesspsi@gmail.com

Resumo

Este capítulo analisa, sob a perspectiva psicanalítica, as possíveis repercussões da violência sexual vivenciada na infância e não revelada sobre a constituição subjetiva na vida adulta. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em revisão narrativa da literatura, com ênfase nas contribuições de Sigmund Freud e Sándor Ferenczi para a compreensão do trauma, da repetição, do silêncio, do desmentido e da elaboração. A discussão evidencia que a experiência traumática não se restringe ao acontecimento em si, podendo permanecer relacionada à trajetória subjetiva conforme as condições de simbolização e reconhecimento encontradas pelo sujeito. O silêncio é compreendido como fenômeno complexo e relacional, podendo assumir funções distintas e ser intensificado quando a fala encontra descrédito ou desmentido. A literatura também aponta possíveis repercussões na relação com o corpo, na sexualidade e nos vínculos afetivos, sem sustentar, contudo, uma relação causal ou determinística entre a violência e uma trajetória psíquica específica. Nesse sentido, a experiência traumática pode produzir marcas significativas, mas não define integralmente o sujeito nem seu futuro. Por fim, discute-se a clínica psicanalítica como espaço de escuta e elaboração, no qual a repetição pode tornar-se objeto de interrogação e a experiência anteriormente silenciada pode adquirir novos sentidos.

Palavras-chave: Desmentido; Escuta; Psicanálise; Repetição; Simbolização.

Abstract

This chapter analyzes, from a psychoanalytic perspective, the possible repercussions of sexual violence experienced in childhood and not revealed on the subjective constitution in adult life. This is qualitative research, of a bibliographic nature, based on a narrative review of the literature, with an emphasis on the contributions of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi to the understanding of trauma, repetition, silence, denial and elaboration. The discussion shows that the traumatic experience is not restricted to the event

itself, and can remain related to the subjective trajectory according to the conditions of symbolization and recognition encountered by the subject. Silence is understood as a complex and relational phenomenon, which can assume different functions and be intensified when speech is discredited or denied. The literature also points out possible repercussions on the relationship with the body, sexuality and emotional bonds, without supporting, however, a causal or deterministic relationship between violence and a specific psychic trajectory. In this sense, the traumatic experience can produce significant marks, but it does not fully define the subject or their future. Finally, the psychoanalytic clinic is discussed as a space for listening and elaboration, in which repetition can become an object of interrogation and previously silenced experience can acquire new meanings.

Keywords: Denied; Listening; Psychoanalysis; Repetition; Symbolization.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças constitui uma experiência que pode atravessar diferentes dimensões da vida do sujeito, alcançando não apenas o corpo, mas também os processos de constituição psíquica, simbolização e construção dos vínculos. Quando ocorre durante a infância, a experiência da violência se inscreve em um período marcado pela dependência da criança em relação aos adultos para proteção, cuidado e reconhecimento de suas experiências. Essa condição torna particularmente complexas as situações nas quais aquele que deveria ocupar uma função protetiva passa a representar uma fonte de ameaça, medo ou sofrimento, produzindo repercussões que podem se estender até a vida adulta com diferentes manifestações e intensidades.

A literatura sobre o tema evidencia que a violência sexual infantil não pode ser compreendida exclusivamente a partir de seus efeitos imediatos. As repercussões podem se prolongar ao longo do desenvolvimento e alcançar dimensões emocionais, relacionais e sexuais da vida adulta. Em estudo qualitativo realizado com mulheres que vivenciaram abuso sexual na infância, Lira et al. (2017) identificaram repercussões relacionadas à convivência familiar, à autoestima, à sexualidade e ao sofrimento emocional. Esses achados, contudo, não permitem estabelecer uma relação causal rígida entre a experiência de violência e uma trajetória psíquica única, uma vez que diferentes fatores podem mediar a maneira como a experiência é posteriormente significada pelo sujeito.

A partir da psicanálise, torna-se possível deslocar a pergunta sobre o trauma de uma perspectiva exclusivamente centrada no acontecimento para uma investigação acerca dos modos pelos quais determinada experiência é inscrita no psiquismo. Freud, ao longo de sua obra, desenvolveu diferentes formulações sobre o trauma, a memória, o recalque e a repetição, permitindo compreender que experiências não elaboradas podem retornar sob formas distintas da recordação consciente. Em *Recordar, repetir e*

elaborar, Freud (1914) observa a relação entre aquilo que não é recordado e aquilo que pode ser atualizado na experiência do sujeito, estabelecendo importantes bases para a compreensão psicanalítica da repetição.

A repetição, entretanto, não deve ser confundida com uma reprodução literal do acontecimento traumático. Trata-se de uma formação complexa que pode expressar, na experiência atual, algo que permanece relacionado a conteúdos não elaborados. Essa perspectiva permite pensar a violência sexual infantil para além de uma compreensão linear na qual um acontecimento passado produziria automaticamente determinado comportamento futuro.

A contribuição de Sándor Ferenczi é especialmente relevante para essa discussão. Em *Confusão de língua entre os adultos e a criança*, Ferenczi (1933) aborda a violência sexual infantil a partir do encontro traumático entre a linguagem da ternura da criança e a linguagem da paixão do adulto. Sua formulação permite compreender que a violência não se reduz ao ato sexual imposto, mas envolve também uma ruptura nas relações de confiança e nas referências que organizavam a experiência infantil. Mendes e França (2012), ao analisarem as contribuições de Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual, destacam justamente a importância atribuída pelo autor ao papel do adulto na constituição do psiquismo infantil.

A perspectiva ferencziana também permite problematizar o lugar ocupado pelo outro diante da experiência traumática. A criança depende das relações que estabelece com os adultos para organizar e significar parte importante de suas experiências. Quando aquilo que foi vivido não encontra reconhecimento, escuta ou validação, a possibilidade de elaboração pode ser afetada. Dessa maneira, o trauma não deve ser pensado exclusivamente como resultado de um acontecimento isolado, mas também em relação às condições subjetivas e intersubjetivas que o acompanham (Mendes; França, 2012).

A literatura brasileira também evidencia que as repercussões na vida adulta podem envolver a esfera dos relacionamentos íntimos e da sexualidade. Em uma revisão narrativa sobre abuso sexual na infância e satisfação sexual na idade adulta, Krindges, Macedo e Habigzang (2016) destacam que essa relação não deve ser compreendida em termos de causalidade simples, apontando a influência de variáveis mediadoras, como características da violência, emoções e cognições associadas ao trauma, estratégias de enfrentamento e aspectos do funcionamento sexual.

Diante disso, o objetivo geral consiste em analisar, sob a perspectiva psicanalítica, as possíveis repercussões da violência sexual sofrida na infância e não revelada sobre a constituição psíquica na vida adulta, com atenção aos processos de simbolização, aos vínculos afetivos, à experiência subjetiva do corpo e aos relacionamentos interpessoais. Como objetivos específicos, busca-se discutir as contribuições da psicanálise para a compreensão do trauma decorrente da violência sexual infantil; compreender as relações entre silêncio, segredo e possibilidade de elaboração; analisar possíveis repercussões da experiência

traumática nos vínculos e na relação com o corpo; e discutir as possibilidades de escuta e elaboração no campo da clínica psicanalítica.

A relevância desta discussão está, portanto, na necessidade de compreender a violência sexual infantil para além de seus efeitos imediatamente observáveis, considerando os modos pelos quais uma experiência traumática pode atravessar diferentes momentos da trajetória subjetiva. Ao mesmo tempo, busca-se evitar a naturalização de uma relação determinista entre violência e adoecimento, reconhecendo que os sujeitos constroem respostas singulares diante das experiências vividas.

2 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica é fundamentada em uma revisão narrativa da literatura, tendo como eixo teórico a perspectiva psicanalítica. A escolha dessa abordagem está relacionada ao objetivo de compreender os possíveis efeitos psíquicos e subjetivos associados à experiência de violência sexual na infância, especialmente quando essa experiência permanece não revelada, considerando os diferentes sentidos atribuídos ao trauma, ao silêncio, ao corpo e aos vínculos ao longo da vida.

A pesquisa qualitativa mostra-se pertinente quando o objeto de investigação envolve fenômenos atravessados por dimensões subjetivas, relacionais e históricas, uma vez que possibilita compreender os significados produzidos em torno de determinada experiência, sem reduzi-la exclusivamente à mensuração de variáveis. Minayo (2001) destaca que a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, elementos particularmente relevantes para a investigação de fenômenos relacionados à subjetividade e às experiências humanas.

Nesse sentido, a revisão narrativa foi adotada por possibilitar a articulação de diferentes produções teóricas e científicas acerca da violência sexual infantil e de suas possíveis repercussões na vida adulta. Diferentemente de uma revisão sistemática, que pressupõe procedimentos específicos de busca, seleção e análise orientados por protocolos previamente estabelecidos, a revisão narrativa permite uma discussão mais ampla e interpretativa da literatura, favorecendo a aproximação entre diferentes perspectivas teóricas e conceituais.

No que se refere ao referencial teórico, foram privilegiadas as contribuições da psicanálise, especialmente as formulações de Sigmund Freud e Sándor Ferenczi. Em Freud, foram consideradas discussões relacionadas ao trauma, à memória, ao recalque, à repetição e à elaboração, particularmente a partir dos textos que permitem compreender a permanência de experiências não elaboradas na dinâmica psíquica (Freud, 1914). Em Ferenczi (1933), foram privilegiadas as formulações acerca da violência sexual infantil, da “confusão de línguas” entre adulto e criança, da clivagem e da dimensão relacional do trauma.

A análise do material selecionado foi realizada de maneira interpretativa, buscando identificar aproximações, diferenças e contribuições entre os autores para os eixos estabelecidos. Inicialmente, foram identificadas produções relacionadas à caracterização da violência sexual infantil e às suas repercussões. Em seguida, foram privilegiados trabalhos que possibilitaram aprofundar a compreensão dos conceitos de trauma, silêncio, repetição, corpo e vínculos. Por fim, essas contribuições foram articuladas ao referencial psicanalítico, buscando compreender de que modo experiências vivenciadas na infância podem adquirir diferentes significações ao longo da trajetória subjetiva.

É importante destacar que o presente estudo não pretende estabelecer uma relação determinística entre a ocorrência da violência sexual na infância e o desenvolvimento de manifestações específicas na vida adulta. A literatura demonstra a existência de diferentes possibilidades de repercussão, mas também evidencia a complexidade dos fatores envolvidos. Assim, os resultados apresentados devem ser compreendidos como possibilidades descritas e discutidas pela literatura, e não como consequências inevitáveis da experiência de violência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura selecionada permitiu identificar diferentes eixos de discussão acerca das possíveis repercussões da violência sexual vivenciada na infância na constituição subjetiva e na vida adulta. Embora os estudos apresentem diferenças quanto às abordagens teóricas, aos métodos empregados e aos fenômenos investigados, observa-se a recorrência de algumas dimensões: a dificuldade de elaboração da experiência traumática, o silêncio e o desmentido, as formas de defesa diante do excesso traumático, as repercussões sobre o corpo e a sexualidade e as dificuldades que podem surgir na construção dos vínculos.

A literatura analisada também evidencia que essas repercussões não podem ser compreendidas de forma homogênea. Estudos com mulheres adultas que sofreram abuso sexual na infância identificaram consequências relacionadas a diferentes aspectos da vida cotidiana, familiar, afetiva e sexual (Lira et al., 2017). Da mesma forma, revisões da literatura apontam possíveis dificuldades nas relações pessoais, na sexualidade e na autoimagem, sem que isso implique a existência de uma trajetória única entre as pessoas que vivenciaram a violência (Wolbert; Alexandrino; Kind, 2024).

A partir do referencial psicanalítico, esses achados podem ser discutidos não apenas pela identificação de sintomas ou consequências observáveis, mas pela investigação dos processos psíquicos envolvidos na inscrição da experiência traumática. Nesse sentido, a análise foi organizada em diferentes dimensões que permitem acompanhar o percurso entre a experiência da violência, suas possibilidades de simbolização e as formas pelas quais aquilo que não pôde ser elaborado pode reaparecer posteriormente.

3.1 A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E A EXPERIÊNCIA DO INDIZÍVEL

A violência sexual infantil apresenta uma particularidade fundamental: ela ocorre em um momento no qual a criança ainda está em processo de constituição subjetiva e depende dos adultos para cuidado, proteção e mediação da realidade. Essa condição de dependência produz uma assimetria que precisa ser considerada para além da dimensão física do ato. A criança encontra-se em uma posição na qual não dispõe dos mesmos recursos de compreensão, autoridade e poder que o adulto, o que torna a experiência da violência especialmente desorganizadora.

Esse aspecto é central no pensamento de Ferenczi (1933/1992), sobretudo na sua célebre tese da “confusão de línguas entre os adultos e a criança”. O autor explica que a criança se comunica pela linguagem da ternura, enquanto o adulto opera na linguagem da paixão e da sexualidade. A violência psíquica acontece justamente quando o adulto invade o mundo infantil com exigências que a criança não tem maturidade nem ferramentas para assimilar.

Ao discutirem o referencial ferencziano, Mendes e França (2012) sublinham que a ação traumática do adulto desorganiza as identificações primárias da criança. A partir disso, conceitos como clivagem, identificação com o agressor e progressão traumática emergem como mecanismos psíquicos essenciais para compreender as defesas erigidas quando faltam recursos simbólicos para responder à violência.

O caráter indizível da experiência não implica, portanto, que a criança ignore o ocorrido. Indica, antes, o abismo existente entre vivenciar um fato e dispor de recursos simbólicos para significá-lo. A criança é capaz de sentir medo, desconforto ou notar que a conduta do adulto desvia do esperado em uma relação de cuidado, ainda que não consiga nomear a situação como violência.

Essa questão pode ser observada também em estudos recentes que retomam a perspectiva ferencziana. Oliveira, Passos e Hayeck (2025), ao analisarem uma narrativa de violência sexual vivenciada na infância, destacam a dificuldade da criança em diferenciar determinadas formas de contato apresentadas pelo adulto, relacionando essa dificuldade à “confusão de línguas” formulada por Ferenczi.

O silêncio, portanto, longe de indicar uma mera ausência de comunicação, expressa a própria dificuldade de narrar o vivido, sobretudo quando a criança depende do agente da agressão. É nessa encruzilhada que a violência sexual infantil se articula ao conceito de trauma: este se consolida quando faltam à criança as condições de escuta e acolhimento necessárias para nomear o que foi vivenciado e integrá-lo à sua própria história.

3.2 QUANDO O TRAUMA PERMANECE SEM ELABORAÇÃO

Para compreender o modo como essas marcas do desamparo insistem ao longo do tempo, é preciso recorrer ao percurso freudiano sobre o trauma. Longe de limitar o trauma a um acontecimento externo de causa e efeito diretos, Freud voltou-se para a capacidade do aparelho psíquico de realizar ligações e

metabolizar o excesso de excitação que o invade. Nessa perspectiva, quando uma vivência ultrapassa os recursos de metabolização disponíveis, ela permanece no psiquismo como um núcleo não integrado, exigindo o acionamento de mecanismos de defesa para lidar com aquilo que não pôde ser traduzido em sentido.

Essa questão aparece de maneira particularmente significativa em *Recordar, repetir e elaborar*. Freud (1914/2010) observa que aquilo que não pode ser lembrado ou elaborado pode aparecer sob a forma de repetição. Em vez de recordar determinada experiência como parte de sua própria história, o sujeito pode reproduzir, em sua relação com o presente, aspectos que permanecem vinculados ao que não foi suficientemente elaborado. A repetição, portanto, não deve ser entendida simplesmente como uma reprodução consciente de acontecimentos passados, mas como uma forma pela qual aquilo que permanece sem elaboração pode continuar encontrando expressão.

Essa formulação permite estabelecer uma distinção importante entre lembrar e elaborar. O acesso consciente a uma lembrança não significa, por si só, que a experiência tenha sido psiquicamente elaborada. Da mesma maneira, não recordar conscientemente um acontecimento não significa que ele tenha deixado de participar da vida psíquica. Entre aquilo que é lembrado, aquilo que é esquecido e aquilo que é repetido existe um campo complexo de relações que precisa ser considerado na singularidade de cada sujeito.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud (1920/2010) aprofunda essa discussão ao formular a compulsão à repetição. A repetição passa a ser considerada para além da busca pelo prazer, indicando a existência de experiências que retornam de maneira insistente mesmo quando não produzem satisfação. O conceito oferece uma importante ferramenta para pensar o caráter persistente de determinadas experiências traumáticas, sobretudo quando aquilo que ocorreu não pôde ser integrado ao funcionamento psíquico.

Entretanto, a compulsão à repetição não deve ser utilizada para estabelecer uma relação automática entre violência sexual infantil e reprodução do trauma na vida adulta. Uma pessoa que sofreu violência não está condenada a repetir a posição de vítima, estabelecer relações abusivas ou reproduzir comportamentos do agressor. Fazer dessa possibilidade uma regra significaria transformar um conceito psicanalítico em uma espécie de previsão sobre o destino do sujeito, ignorando a complexidade de sua história.

A repetição precisa, portanto, ser interrogada em sua forma singular. O que se repete? Em que circunstâncias? Qual posição o sujeito ocupa nessa repetição? Que sentidos ela adquire? Essas perguntas são mais importantes, do ponto de vista clínico, do que a tentativa de identificar uma correspondência direta entre o acontecimento passado e determinado comportamento presente.

A contribuição de Ferenczi permite ampliar essa discussão ao considerar que, diante de uma experiência traumática, o psiquismo pode recorrer a formas de organização que possibilitem ao sujeito continuar existindo apesar daquilo que não pôde ser integrado. A clivagem, nesse contexto, pode ser

compreendida como uma resposta diante de uma experiência que excede as possibilidades de elaboração disponíveis (Ferenczi, 1933/1992).

A clivagem não corresponde simplesmente ao esquecimento de um acontecimento. Trata-se de uma separação que pode permitir que determinadas dimensões da experiência permaneçam afastadas da possibilidade de integração ao conjunto da vida psíquica. Dessa maneira, é possível compreender como uma pessoa pode apresentar um funcionamento aparentemente organizado e, ao mesmo tempo, carregar aspectos de sua história que permanecem pouco acessíveis à elaboração.

Esse aspecto ganha relevância à luz da noção de progressão traumática em Ferenczi (1933/1992), na qual a criança, frente a um ambiente hostil, desenvolve recursos adaptativos de forma precoce. Essa aparente maturidade surge frequentemente como resposta às exigências de um contexto no qual foi forçada a assumir papéis para os quais não dispunha de maturidade. Ao retomar essa tese, Kupermann (2019) destaca como o trauma promove reorganizações subjetivas complexas: a criança molda uma faceta hiper adaptada às demandas externas, enquanto outras dimensões de sua vida psíquica permanecem dissociadas. Essa perspectiva impede leituras deterministas que vinculam, de forma mecânica, traços adultos como hiper independência, necessidade de controle ou facilidade para assumir responsabilidades ao abuso sofrido, exigindo que tais características sejam interpretadas sempre em articulação com a história singular do sujeito.

Nesse processo, a palavra viabiliza a articulação, a associação e a ressignificação de elementos psíquicos até então isolados. Contudo, a eficácia dessa inscrição simbólica depende intrinsecamente do reconhecimento do outro. Quando a narrativa do sujeito atinge o vazio da negação ou o impacto do desmentido, o trabalho de elaboração é profundamente obstaculizado. A dimensão traumática descola-se, assim, do evento em si e passa a abranger as condições intersubjetivas oferecidas ou recusadas para a construção e o acolhimento do relato.

3.3 O SILÊNCIO COMO EXPERIÊNCIA RELACIONAL: SEGREDO, DESMENTIDO E RECONHECIMENTO

Se a experiência traumática pode permanecer sem elaboração, conforme discutido anteriormente, uma questão ainda mais específica se coloca quando essa experiência também permanece sem possibilidade de ser comunicada. No caso da violência sexual infantil, o silêncio não pode ser compreendido simplesmente como ausência de fala. Ele se constitui em uma experiência atravessada pelas relações da criança com aqueles que a cercam e pelas condições que tornam possível ou impossível transformar uma vivência em narrativa.

A dificuldade de revelar uma situação de violência sexual pode estar relacionada a diferentes elementos. A criança pode não compreender integralmente o que ocorreu, pode temer as consequências de

uma revelação, sentir vergonha ou culpa, reear a reação dos adultos ou encontrar-se emocionalmente vinculada à própria pessoa que praticou a violência. Estudos brasileiros apontam que a revelação da violência sexual infantil é um processo complexo, frequentemente atravessado por sentimentos ambivalentes e pelas relações estabelecidas entre a criança, o agressor e sua rede de proteção (Hohendorff; Habigzang; Koller, 2014).

Hohendorff, Habigzang e Koller (2014), ao analisarem relatos de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, identificaram diferentes elementos relacionados ao processo de revelação, demonstrando que falar sobre a violência envolve uma série de condições e não constitui uma decisão isolada. A resposta daqueles que recebem a revelação também participa desse processo, podendo favorecer ou dificultar sua continuidade.

Essa dimensão relacional permite estabelecer uma diferença importante entre silenciar e ser silenciado. Embora os dois fenômenos possam aparecer conjuntamente, eles não possuem o mesmo significado. O silêncio pode constituir uma forma de proteção diante de uma situação percebida como ameaçadora; por outro lado, quando a criança tenta comunicar o que aconteceu e encontra uma resposta de negação, minimização ou descrédito, ocorre uma experiência distinta: sua própria percepção da realidade passa a ser colocada em dúvida pelo outro.

O conceito de desmentido ocupa, nesse contexto, um lugar central. O termo não se refere simplesmente a alguém dizer que determinado fato não aconteceu. Em uma perspectiva mais ampla, trata-se da situação em que a experiência subjetiva da criança não encontra reconhecimento por parte daqueles que deveriam ocupar uma posição de escuta e proteção. O que está em questão, portanto, não é apenas a negação de um acontecimento, mas a invalidação da própria percepção daquele que o vivenciou.

A diferença é fundamental, quando uma criança afirma ter vivido determinada situação e o adulto responde que ela está enganada, exagerando ou inventando, não se está apenas recusando uma informação. Está-se colocando em dúvida a capacidade da criança de interpretar a própria experiência. Ferenczi (1933/1992) permite pensar que esse movimento pode intensificar os efeitos da experiência traumática justamente porque a criança perde a possibilidade de apoiar sua percepção em uma relação de confiança.

O silêncio, portanto, recusa interpretações automáticas e unívocas, assumindo funções psíquicas diversas ao longo do tempo: pode atuar como defesa contra uma realidade intolerável, manifestar afeto de vergonha ou medo, sinalizar a escassez de recursos simbólicos para o indizível ou, ainda, derivar da constatação de que a fala não encontra testemunho. Essa polissemia impede equações simplistas que associem o calar à ausência de memória, ou o falar à elaboração do trauma. Afinal, a narrativa de um fato não garante, por si só, a dissolução de suas marcas, assim como um longo período de silêncio não interdita a emergência posterior de novas possibilidades de significação sobre a história vivida.

A literatura brasileira sobre a violência sexual infantil corrobora essa perspectiva. Ao investigarem o processo de revelação do abuso, Santos e Dell’Aglío (2010) demonstraram que a comunicação da violência é condicionada por múltiplos fatores, com destaque para a dinâmica familiar e a natureza da ligação com o agressor. A revelação, portanto, constitui um processo gradual, e não um ato pontual. Essa dimensão processual é atravessada de forma decisiva pelo vínculo: quando o agressor integra o círculo afetivo da criança, o silêncio atua frequentemente como preservação de uma relação de dependência vital. A coexistência ambivalente de afeto, necessidade e sofrimento imposta pela violência desfaz a fronteira nítida entre as figuras de proteção e de ameaça. Desse modo, o calar não decorre do desconhecimento da violência, mas do fato de que notar o abuso não concede automaticamente as condições para denunciá-lo. Diante da dependência afetiva e material, do pavor das consequências e da escassez de recursos, o silêncio se desenha como uma estratégia de sobrevivência frente ao risco iminente que o falar parece representar.

Essa perspectiva ajuda a compreender os determinantes da revelação tardia, quando o sujeito, já na vida adulta, passa a dispor de novos recursos simbólicos e relacionais para revisitar sua trajetória. O que na infância permaneceu inacessível à palavra pode, posteriormente, ser ressignificado. Distante de se reduzir à mera recuperação de uma informação esquecida, essa emergência tardia marca um momento de reorganização da narrativa pessoal, no qual fragmentos dispersos do vivido passam a se articular em um processo cujo sentido é sempre singular e imprevisível. Nesses itinerários, a dimensão do reconhecimento do outro revela sua força: acolher a fala não equivale a fixar antecipadamente o significado da dor, mas a oferecer o amparo relacional necessário para que o relato se inscreva sem que a existência subjetiva do sujeito seja anulada.

Compreende-se, portanto, que o desmentido instaura uma espécie de segundo silêncio: enquanto o primeiro diz respeito à impossibilidade inicial de nominar o trauma, o segundo se consolida quando a fala é produzida, mas encontra a recusa da escuta. Essa distinção esclarece por que o relato pode não conduzir automaticamente à elaboração. É nessa chave que a contribuição de Ferenczi mantém sua atualidade, operando um deslocamento ético fundamental: da indagação culpabilizante “por que a criança não falou?” para o questionamento sobre a disponibilidade do ambiente “quais eram as condições oferecidas para que a palavra fosse acolhida?”. Longe de imputar culpas individuais e simplistas às redes de apoio e às famílias, muitas vezes também limitadas por suas próprias circunstâncias, trata-se de reconhecer que a revelação é uma construção relacional e que o silêncio jamais pode ser analisado isoladamente de seu contexto.

Assim, silêncio, segredo e desmentido não devem ser compreendidos apenas como obstáculos à revelação da violência sexual infantil. Eles constituem elementos da própria experiência subjetiva e relacional que precisam ser considerados quando se investigam suas possíveis repercussões na vida adulta. O que foi silenciado pode continuar participando da história do sujeito, mas a forma dessa participação não é fixa nem predeterminada.

3.4 QUANDO A EXPERIÊNCIA RETORNA AO CORPO E AOS VÍNCULOS

Se o silêncio e o desmentido caracterizam o desamparo relacional diante do trauma, cabe investigar de que modo a experiência não elaborada ganha expressão na vida adulta. O corpo, a sexualidade e os vínculos afetivos figuram como territórios privilegiados para essa inscrição. Distante de determinismos ou de tabelar "sintomas universais", busca-se compreender como os rastros de uma invasão precoce passam a participar da forma como o sujeito se posiciona diante de si e do outro.

No que tange à dimensão corporal, a psicanálise o concebe não como mera estrutura biológica, mas como um corpo erógeno e pulsional, constituído no laço com o outro. Quando a criança sofre uma invasão violenta, os limites de sua superfície corporal são desrespeitados, o que pode comprometer a função do corpo como espaço de segurança e reconhecimento de si. Na vida adulta, o corpo pode tornar-se o palco no qual conflitos indizíveis encontram forma, expressando-se em esquivas da intimidade, sentimentos de estranhamento em relação à própria imagem ou inibições somáticas.

Essa violação das fronteiras do corpo estende-se também à esfera da sexualidade. Ao ser submetida precocemente a uma experiência erótica própria do mundo adulto, a criança vivencia um excesso para o qual não dispunha de maturidade emocional ou recursos simbólicos. Na vida adulta, essa marca traumática pode reaparecer de diferentes modos no funcionamento sexual: seja por meio de bloqueios e inibições — como a dificuldade em sentir prazer ou alcançar o orgasmo —, seja através de uma busca compulsiva pelo sexo. Nesta última, o psiquismo tenta tomar uma posição ativa diante de uma experiência em que o sujeito antes figurou apenas como passivo (Freud, 1920/2010).

Estudos sobre a sexualidade de mulheres com histórico de abuso infantil indicam que os prejuízos no campo erótico não ocorrem de forma direta, mas são atravessados pelos recursos emocionais e pelas produções psíquicas construídas após a violência (Krindges; Macedo; Habigzang, 2016; Krindges; Habigzang, 2018). Para a psicanálise, essa leitura é fundamental: a dificuldade sexual não se resume a um diagnóstico orgânico, refletindo, em última instância, as barreiras do sujeito diante do prazer, da intimidade e do encontro com a alteridade.

Contudo, os achados da literatura e a práxis psicanalítica recusam categoricamente o fechamento do trauma como destino. Em estudo qualitativo com mulheres sobreviventes, Lira et al. (2017) observaram que, a par das repercussões na convivência familiar e na autoestima, emergem movimentos singulares de enfrentamento e ressignificação da própria história. O corpo e os vínculos não permanecem congelados na posição ocupada durante a agressão; se a conjugalidade pode reatualizar marcas do desamparo, um relacionamento balizado pelo respeito e pela escuta pode, inversamente, oferecer um contraponto relacional inédito, viabilizando a inscrição de novos sentidos. Portanto, desloca-se a investigação clínica: deixa-se de interrogar *quais prejuízos inevitáveis a violência causou* para investigar *de que modo a experiência foi tramada no psiquismo e quais saídas o sujeito pôde inventar*.

3.5 ENTRE REPETIÇÃO E ELABORAÇÃO: POSSIBILIDADES DA CLÍNICA PSICANALÍTICA

A constatação de que a experiência traumática não determina de modo absoluto a trajetória do sujeito desloca a investigação do campo das consequências para o das possibilidades clínicas. Diante de uma história atravessada pela violência sexual e pelo silenciamento, a psicanálise interessa-se pela tensão entre aquilo que insiste pela repetição e aquilo que pode adquirir novos sentidos mediante a escuta.

Em *Recordar, repetir e elaborar*, Freud (1914/2010) diferencia a repetição cega da possibilidade de elaboração (*Durcharbeitung*). Ao notar que aquilo que não pode ser traduzido em palavras é atuado (*Agieren*) isto é, expresso por meio de comportamentos, sintomas e atitudes no laço com o analista, Freud situa a clínica como um dispositivo transformador. Nela, a repetição deixa de ser um mero sintoma estático e passa a ser uma via de interrogação sobre a história do sujeito. O trabalho analítico não busca a reconstrução factual ou judicial do evento passado, mas sim investigar a posição que o paciente ocupa ao reatualizar essa dor, abrindo espaço para a criação de novos sentidos.

Esse cuidado é crucial para evitar uma prática orientada pela confirmação de hipóteses prévias. A violência sexual infantil não deve atuar como uma explicação universal para todo sofrimento apresentado no adulto, nem qualquer dificuldade relacional precisa ser interpretada como manifestação direta do trauma. A singularidade exige que o analista sustente as diferenças: o desejo ou a recusa em falar sobre o acontecimento, o tempo de elaboração e as saídas inventadas variam drasticamente de um sujeito para outro.

A contribuição de Ferenczi (1933/1992) amplia essa discussão ao colocar a postura ética e a presença do analista no centro do processo terapêutico. Se o trauma infantil foi agravado pelo desmentido situação na qual a percepção da criança foi desacreditada pelo adulto, a clínica psicanalítica surge como um espaço de validação e testemunho. Nela, o relato do sujeito não é minimizado, julgado nem preenchido por interpretações precipitadas ou teóricas demais. Ao acolher as hesitações, as contradições e os longos silêncios sem a urgência de enquadrá-los ou corrigi-los de imediato, o analista oferece um contraponto relacional direto ao ambiente que originalmente violentou a criança. É justamente essa oferta de um laço pautado pela confiança e pelo respeito aos limites do paciente que viabiliza a emergência e a articulação tardia de afetos e memórias que antes permaneciam clivados e inacessíveis à linguagem.

Nesse percurso, a elaboração não deve ser confundida com o esquecimento ou com a ideia de uma "superação definitiva" que pretenda apagar as marcas da violência. A ilusão de que elaborar significaria retornar a um estado de pureza anterior ao trauma ignora a própria natureza do psiquismo: o acontecimento não deixa de ter existido, nem suas marcas desaparecem por completo. Elaborar implica, portanto, transformar a relação que o sujeito estabelece com a sua própria história. Trata-se de um trabalho de tecelagem simbólica no qual a vivência, antes isolada sob a forma de um choque indizível, passa a ser integrada à teia associativa e à narrativa pessoal.

Quando o trauma deixa de figurar como um enigma sem lugar que retorna incessantemente sob a forma de sintoma, pavor ou repetição cega, ele perde o seu caráter de sentença. Ao mesmo tempo, impede-se que o acontecimento se consolide como uma identidade totalizante, na qual a existência do sujeito é fixada unicamente no lugar de vítima. Embora o reconhecimento da violência seja indispensável, o sujeito não se reduz ao ato que sofreu. À medida que o peso do passado se desloca e a dor encontra palavras que a bordem, abre-se espaço no psiquismo para que o desejo, a capacidade de investir em novos vínculos, os projetos de futuro e outras dimensões da vida voltem a circular e a ter lugar.

Por fim, cabe destacar que a clínica psicanalítica reconhece seus próprios limites, sabendo que a escuta do trauma não substitui a proteção social, jurídica e médica do sujeito. A despeito dessas fronteiras, sua contribuição ética permanece fundamental: oferecer um espaço singular para que a dor encontre tradução em palavras. A potência dessa intervenção está em sustentar que, embora o acontecimento passado não possa ser alterado, a história do sujeito não precisa ficar aprisionada a ele.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão buscou analisar, sob a perspectiva psicanalítica, as possíveis repercussões da violência sexual vivenciada na infância e não revelada sobre a constituição subjetiva na vida adulta, articulando os processos de simbolização, o silêncio, os vínculos, o corpo e as possibilidades de elaboração. A partir da literatura examinada, compreende-se que a experiência de violência não se encerra no ato em si: seus desdobramentos podem atravessar a trajetória do sujeito, adquirindo novos sentidos conforme a sustentação relacional encontrada ao longo da vida.

A articulação conceitual entre Freud e Ferenczi demonstrou que o caráter traumático da violência transcende a dimensão objetiva do evento. O trauma consolida-se na incapacidade de assimilação psíquica do excesso que invade o sujeito e, crucialmente, no desamparo decorrente da ausência de escuta. Nesses percursos, o silêncio revela sua polissemia: atua como defesa e sobrevivência diante da dependência do agressor, consolidando-se como 'desmentido' quando a percepção da criança é desautorizada pelo ambiente. Desloca-se, assim, a responsabilidade do calar da figura do sujeito para as condições intersubjetivas oferecidas para o acolhimento da palavra.

Em consonância com esses aportes, a literatura empírica e conceitual evidencia que as repercussões na vida adulta sejam elas na conjugalidade, na vivência corporal ou na sexualidade não obedecem a um determinismo mecânico. Se o corpo e os relacionamentos podem tornar-se palcos da reatuação de conflitos indizíveis, estas mesmas dimensões também constituem territórios de transformação. A psicanálise recusa a fixação do sujeito no lugar estático da vítima, sustentando que a experiência traumática pode integrar sua história sem determinar obrigatoriamente o seu destino.

Em suma, compreender os efeitos da violência sexual infantil exige sustentar uma dupla posição ética: reconhecer a gravidade e a profundidade das marcas produzidas pelo trauma e, simultaneamente, recusar a ideia de que essas marcas apreseem definitivamente o futuro do sujeito. Entre o silêncio impostor e a possibilidade da fala, entre o automatismo da repetição e o trabalho da elaboração, a clínica analítica aposta na plasticidade psíquica e na capacidade de o sujeito reescrever a própria existência.

REFERÊNCIAS

FERENCZI, Sándor. Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: FERENCZI, Sándor. **Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-106. Trabalho original publicado em 1933.

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Trabalho original publicado em 1920.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Trabalho original publicado em 1914.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Violência sexual contra meninos: teoria e intervenção**. Curitiba: Juruá, 2014.

KRINDGES, Cris Aline; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 35, n. 3, p. 321-332, 2018.

KRINDGES, Cris Aline; MACEDO, Davi Manzini; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 60-71, 2016.

KUPERMANN, Daniel. Ferenczi e os objetivos do tratamento psicanalítico: autenticidade, neocatarse, crianceria. **Estilos da Clínica**, v. 24, n. 2, p. 182-194, 2019.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho e et al. Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto & Contexto – Enfermagem**, v. 26, n. 3, e0080016, 2017.

MENDES, Anna Paula Njaime; FRANÇA, Cassandra Pereira. Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 121-130, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Renata Pacheco de; PASSOS, Carina Freitas; HAYECK, Marcelo. Rastros do traumático: reverberações da violência sexual infantil no sujeito adulto. **Analytica: Revista de Psicanálise**, v. 13, n. 26, 2025.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 328-335, 2010.

WOLBERT, Lígia; ORNELAS ALEXANDRINO, Izabela; KIND, Luciana. Abuso sexual infantil e consequências na vida da mulher adulta: revisão sistemática. **Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 221-239, 2024.